

1. Informações Gerais

Data: 23/10/2019	Horário: 14h30 às 17h30	Local: Sala 017 – Bloco D - CNJ
Participantes: Sr. Richard Pae Kim – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - CNJ; Sr. Carl Olav Smith – Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – CNJ; Sr. Mário Guerreiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência – CNJ; Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – CNJ; Sr. Luiz Otávio Borges de Moura - Assessor de Gestão Estratégica – STJ; Sra. Claudete Iara R. Grossi – Secretária de Estratégia e Governança – CJF; Sr. Márcio Cruz – Assessor-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica – TST; Sr. Joaquim Otávio P. da Silva Júnior - Coordenador de Gestão Estratégica – CSJT; Sra. Julianna Sant'ana Sesconetto – Assessora de Gestão Estratégica – TSE; Sra. Raíssa Fernandes Marinho – Assessora de Gestão Estratégica – STM; Sr. Pedro Lúcio Silva Vivas – Secretário de Planejamento e Orçamento – TJBA Sr. Pablo Roberto Nascimento Moreira - Secretário de Planejamento e Orçamento - TJBA Sr. Juiz Clovis Santinon – Juiz Militar –TJM-SP; Sra. Regina Rufino – Assessora-Chefe de Planejamento Estratégico e Eleições – TRE-SP (videoconferência); Sra. Carmen Giadans Corbillon – Diretora de Planejamento Estratégico - TJSP (videoconferência); Sra. Fernanda Gonçalves Bezerra – Subsecretária de Orientação Estratégica – TJDFT; Sra. Juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juíza Auxiliar da Presidência – TJTO (videoconferência); Sr. Daniel Henrique Dummer - Juiz-Assessor Especial da Presidência - TJRS Sr. Caio Mário Franco Netto da Costa – Gestor do Planejamento Estratégico – TJRS (videoconferência); Sr. Júlio Henrique Ely Zibetti - Estatístico Analista - TJRS Sra. Michele Vieira de Oliveira – Servidora – TJRJ (videoconferência);		
Equipe técnica DGE Sra. Gabriela Teixeira da Cunha Lobo – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário/DGE; Sr. Marcos Vinícius Silva Campos – Chefe da Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário; Sra. Natascha Barreto de Almeida Rangel – Servidora da Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário; e Sr. Pedro Farage Assunção – Chefe da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia.		

2. Objetivos da reunião

- Discutir os Macrodesafios para o próximo ciclo, a partir dos resultados da Consulta Pública; e
- Realizar encaminhamentos dos próximos passos para a Revisão da Estratégia.

3. Apresentação e principais pontos debatidos

O Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP) e coordenador do Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança do Poder Judiciário, Dr. Richard Pae Kim, cumprimentou e agradeceu a presença dos participantes e, em seguida, expressou seu contentamento com os resultados da consulta pública sobre os Macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2021-2026. Salientou, ainda, que houve 2.029 manifestações na referida consulta, número expressivo, que legitima as decisões do Comitê Gestor.

Ainda com a palavra, o Secretário trouxe à discussão dos integrantes do Comitê a percepção do Poder Judiciário perante a sociedade, tema frequente apontado pelos participantes da Consulta Pública.

Em seguida, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Fabiana Andrade Gomes e Silva, salientou que um dos objetivos da reunião seria traçar as diretrizes de apresentação dos Macrodesafios no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, para que sejam aprovados pelos respectivos presidentes dos tribunais. Ao apresentar a consulta pública, a diretora do DGE enfatizou que, diante dos resultados e do feedback apresentado pelos respondentes, percebeu-se a necessidade de propor um novo Macrodesafio, dentro da perspectiva sociedade, que seria intitulado: “Fortalecimento da atuação institucional do Poder Judiciário com os demais poderes, instituições e a sociedade”. A diretora pontuou, também, que os aspectos desfavoráveis a serem enfrentados pelo Poder Judiciário mencionados na consulta pelos respondentes já haviam sido contemplados nos Macrodesafios construídos em colaboração com a Rede de Governança anteriormente.

Diante da proposta do novo Macrodesafio, o representante do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) manifestou-se favorável e sugeriu que a atuação interinstitucional do Poder Judiciário seja efetivada da seguinte forma: Implementação

de Focos de Atuação Interinstitucional Integrada e Sistêmica, dentro de uma metodologia própria, com iniciativas que envolvam várias instituições do estado e sociedade civil pela solução de problemas públicos, tais como: as obras paradas; judicialização da saúde, problemas fundiários, execução fiscal, grandes litigados etc. Inclusive visando a resolução de problemas relacionados aos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 ONU.

O representante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também salientou a importância do tema, mas demonstrou preocupação de como seria o desdobramento desse Macrodesafio quanto à construção de indicadores.

O Dr. Richard salientou a importância dos Macrodesafios expressarem resultados a serem alcançados pelo Judiciário, a exemplo: maior qualidade das decisões, execução das decisões judiciais com maior rapidez e formas de desjudicialização.

O representante do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) questionou se o novo Macrodesafio já não estaria intrínseco em todos os outros Macrodesafios, e indagou, ainda, se o tema não se encaixaria melhor como um objetivo estratégico.

Em seguida, o representante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) demonstrou preocupação quanto à quantidade de Macrodesafios, pois acredita se tratar de um rol extenso, o qual demandará muitos indicadores, sufocando as atividades desenvolvidas nos tribunais. Diante desse cenário, propôs a redução no quantitativo de Macrodesafios.

O representante do TJBA concordou com a proposta de enxugamento dos Macrodesafios, uma vez que acredita que será difícil comunicar a Estratégia e conseguir o apoio de todos os magistrados e servidores do tribunal.

A diretora do DGE pontuou que nem todos os Macrodesafios se aplicam a todos os segmentos de justiça e concordou com o fato de que a atuação interinstitucional do Poder Judiciário permeia todos os Macrodesafios, mas ressaltou a importância de acrescentá-lo no mapa para reforçar e mostrar à sociedade o trabalho que vem sendo realizado na justiça brasileira.

O representante do STJ propôs alteração do texto do novo Macrodesafio para que fique de forma mais clara e seja inserido dentro da perspectiva de resultado.

O representante do TJBA ponderou a importância de que o foco seja no cidadão e, portanto, deve-se buscar a agilidade processual. Ressaltou, ainda, o

elevado número de Macrodesafios frente à limitação orçamentária enfrentada pelo Judiciário.

A representante do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) também ressaltou as restrições orçamentárias a serem enfrentadas pelo Poder Judiciário nos próximos anos e salientou a importância de estabelecer Macrodesafios que possam efetivamente ser cumpridos.

Em resposta, o Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Carl Olav Smith, pontuou que na elaboração do planejamento estratégico deve-se elencar as dificuldades e os problemas a serem enfrentados, de forma a possibilitar criar mecanismos para obter soluções.

Em resposta, o representante do TJBA lembrou que na elaboração dos ciclos anteriores de gestão também foram levantados diversos desafios os quais ainda não foram priorizados por todos os tribunais. O representante afirmou também que o planejamento não é estático, podendo ser alterado conforme os objetivos e metas sejam alcançados.

Em seguida, a representante do TJSP comentou que os Macrodesafios precisam ser mais focados e que precisam ser melhores associados às metas e indicadores. A representante salientou que se deve avaliar o que realmente é desafio, pois existem temáticas nos Macrodesafios que não são concernentes ao Poder Judiciário.

A diretora do DGE indagou aos representantes da Justiça Estadual se haviam elaborado alguma proposta de novos Macrodesafios, uma vez que os Macrodesafios até então apresentados já haviam sido debatidos e aprovados anteriormente pelo próprio Comitê Gestor. Pontuou que existem Macrodesafios de base que tem a essência de serem permanentes, como os relacionados à gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e tecnologia da informação.

A diretora ressaltou que a novidade que surgiu dentro da perspectiva de recursos foi a temática sobre sustentabilidade, por ser um assunto atual e que todos os órgãos terão que enfrentar, pois deve-se pensar no meio ambiente e em como ser sustentável e econômico. Quanto aos processos internos, a diretora destacou que as respostas advindas da consulta pública ratificaram os Macrodesafios relativos ao enfrentamento da corrupção e à agilidade na prestação jurisdicional.

O representante do TJRS expressou preocupação com a crise econômica e a escassez de recursos e, com isso, ressaltou a importância de incentivar ainda mais a

desjudicialização e a busca de atuar preventivamente na prevenção da judicialização de demandas.

A representante do Conselho da Justiça Federal ponderou que o foco dos Macrodesafios deve ser na sociedade, dessa forma avalia não ser possível simplesmente ignorar os resultados da consulta pública, que demonstrou, dentre outros assuntos, a necessidade de estabelecer ações para melhoria da imagem do Poder Judiciário perante à sociedade.

A representante do TSE enfatizou a sua percepção de que o Judiciário precisa realizar ações que culminem na melhoria de sua imagem perante à população, devendo, portanto, estabelecer estratégias de comunicação.

O Secretário Especial reforçou a ideia de que o Judiciário precisa investir em estratégias de comunicação e sugeriu a criação de ações voltada para ampliar a comunicação dos planos e ações do Judiciário.

O representante do TJBA sugeriu que algumas temáticas, em vez de serem Macrodesafios, sejam tratadas como iniciativas ou projetos nacionais de enfrentamento.

O Secretário Adjunto enfatizou que têm ciência da autonomia dos tribunais, dos níveis distintos de maturidade dos tribunais, das estruturas e dos orçamentos diferentes. Mas o planejamento nacional visa uma direção comum a todos e, com isso, os tribunais analisam as diretrizes e adequam às suas realidades.

O representante do CSJT sustentou que todos os temas trazidos como Macrodesafios são importantes para o Judiciário, apenas questionou se todos devem necessariamente serem trazidos como Macrodesafios. Sendo assim, entendeu que o ideal seria a existência de poucos Macrodesafios abrangendo esses temas, que seriam melhor identificados nos desdobramentos. Ponderou que alguns temas são mais relacionados a iniciativas e sugeriu que as metas fossem relacionadas a indicadores sintéticos. Assegurou que a intenção não seria a de retirar temáticas, visto que foram validadas em consulta pública e em reunião preparatória, mas somente agrupá-las, visando reduzir o quantitativo de Macrodesafios.

A seguir, o Secretário Especial discorreu pontualmente sobre alguns Macrodesafios e manifestou a importância de mantê-los. Com isso, propôs um breve debate entre os membros do comitê gestor a respeito de quais Macrodesafios poderiam ser ou não aglutinados. No entanto, não houve consenso entre as propostas

e, além disso, houve solicitação de tempo por parte do representante do TJBA para que os representantes dos segmentos pudessem melhor analisar com os demais coordenadores da Justiça Estadual e enviar uma proposta ao CNJ.

Dessa forma, ficou estabelecido os seguintes prazos: até o dia 25 de outubro para que os tribunais pudessem enviar suas propostas de aglutinação de Macrodesafios (caso o órgão não se manifestasse, ficou acordado que representaria concordância com a proposta apresentada pelo CNJ durante a reunião) e até o dia 29 de outubro para o DGE consolidar as propostas e encaminhar a versão final para apreciação do comitê. Para definição desses prazos, foi observada a data pré-existente de reunião do CSJT com os presidentes dos tribunais regionais do trabalho (30 de outubro).

Ademais, a diretora do DGE solicitou aos membros dos segmentos de justiça que realizem as respectivas eleições dos coordenadores dos comitês e subcomitês previamente ao XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário e apresentem os resultados no evento, os quais serão registrados na ata das reuniões setoriais do XIII ENPJ.

Finalizando a reunião, o Secretário Especial agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

3. Encaminhamentos

- I) Envio pelos membros do Comitê Gestor Nacional das propostas de reformulação de Macrodesafios ao CNJ;
- II) CNJ consolidará as propostas de Macrodesafios e enviará por e-mail aos membros do Comitê Gestor Nacional; e
- III) Realização de eleição dos coordenadores de comitês e subcomitês gestores dos segmentos de justiça previamente ao XIII Encontro Nacional, e apresentação dos resultados durante o Encontro, para registro em ata.